

ENTREVISTA

FRANCISCO DE OLIVEIRA: MEMÓRIA NARRATIVA E FISIONOMIA INTELECTUAL

GLAUBER CÍCERO FERREIRA BIAZO¹

A entrevista com o Prof. Dr. Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira (Recife/PE, 7 de novembro de 1933 - São Paulo/SP, 10 de julho de 2019) aqui apresentada foi realizada em 04 de julho de 2012 em sua residência na cidade de São Paulo e teve como foco sua trajetória de vida profissional e acadêmica.² Ela faz parte de um conjunto de entrevistas de história oral de vida acadêmica realizadas com dezenove professores titulares da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), compondo a base documental analisada durante a pesquisa de doutorado, que resultou na tese intitulada “Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH- -USP)”.³

Em uma conversa que durou aproximadamente duas horas, o Prof. Francisco de Oliveira costurou um fio narrativo partindo de 1956, ano no qual concluiu o bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Oliveira organizou uma narrativa sobre sua experiência profissional destacando momentos anteriores e posteriores ao seu ingresso no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Nesse sentido, cabe atenção ao modo

como sua fala apresenta os momentos conturbados que viveu a partir da ruptura democrática ocorrida em 1964. Afastado de suas atividades na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pelo Golpe Civil-Militar de 1964, Oliveira afirma que passou a atuar prestando consultorias em São Paulo-SP, sem apresentar detalhes conhecidos publicamente sobre as violências cometidas pelo Estado ditatorial brasileiro contra a sua própria pessoa. Ao que tudo indica, tratou-se de uma escolha narrativa repleta de significados. Ao retomar o fio condutor de seu discurso, contou que em 1970 foi convidado pelo Prof. Dr. Otávio Ianni, que dirigia o CEBRAP, para trabalhar na equipe que estudava planejamento regional. Em um outro momento significativo da entrevista, afirmou que trabalhou como pesquisador no CEBRAP durante 25 anos, encerrando sua participação devido a desentendimentos políticos sucedidos em 1995. Oliveira foi convidado a falar sobre suas atividades como professor universitário, tendo narrado sobre as aulas de economia ministradas no curso de pós-graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre 1980 e 1988. Cabe destacar a passagem na qual contou sobre o convite realizado pelas Profa. Dra. Irene Cardoso e Profa. Dra. Eva Blay que o levou a integrar-se ao corpo docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Na última parte da entrevista, Oliveira avaliou sua passagem pela FFLCH-USP e, dentre outras questões expressivas, defendeu as relações existentes entre sua atividade acadêmica e política.

A entrevista foi produzida segundo os critérios teóricos e éticos estabelecidos pelo oralista José Carlos Sebe Bom Meihy. À História Oral de Vida, defende Meihy, “interessa realmente a lógica discursiva, a moral da

história, o sentido ontológico da experiência”.⁴ A proposta epistemológica em tela valoriza a narrativa de uma história de vida como a verdade do narrador, como um conteúdo vivo que expressa seus compromissos pessoais e sociais com o passado, o presente e o futuro. Por isso, a concepção teórica defendida “visa dar ao narrador maior arbítrio para que sua experiência seja encadeada segundo sua vontade e condições. A experiência deve, desde logo, ser o alvo principal das histórias orais de vida, pois não se busca a verdade e sim a versão sobre a moral existencial”.⁵ Afinal, considerar o narrador como colaborador significa não só estar atento ao que ele tem a expor, mas considerar que sua história tem algo a dizer sobre seu papel como sujeito social e também como produtor de conhecimento. Dessa maneira, defende o autor, “em história oral de vida o que interessa é a mensagem”.⁶

A entrevista aqui apresentada é um convite à memorabilidade de seu autor, à realização de uma imersão no trabalho de memória através dos meandros de um processo que implica escolhas e representações sobre o passado. Trata-se de uma rara oportunidade que o leitor terá de compreender a fisionomia elaborada por Francisco de Oliveira sobre sua própria experiência como intelectual público e acadêmico. As perguntas realizadas foram incorporadas à narrativa do autor. O professor concordou com as transcrições e mudanças sugeridas durante o processo de materialização textual, além disso, leu e autorizou a publicação do texto final que é apresentado em seguida. Espero prestar uma homenagem ao Mestre através da publicização dessa entrevista.

Entrevista

No meu modo de ver, a atividade política fecunda a atividade acadêmica e vice-versa. Você pode fazer atividade acadêmica sem prejuízo da atividade militante e, o contrário, a condição de militante pode ajudar muito na atividade acadêmica.

Eu sou do Recife. Isso ainda hoje me comove porque sou de uma família de classe média, o que no Recife que é uma cidade muito pobre, significa algo bastante acima da média. Tenho onze irmãos, um deles faleceu com oito meses e ficamos os dez em uma distribuição perfeita, cinco homens e cinco mulheres. O meu pai era farmacêutico prático, não era diplomado e, minha mãe, era dona de casa. Crescemos todos no Recife em uma família muito feliz. As minhas recordações da infância são sempre muito gratas.

Eduquei-me no ensino público, em um dos grupos escolares do Estado. Depois fui estudar no Colégio Salesiano, isso porque só existia um colégio para homens e uma Escola Normal para mulheres e não tinha vaga para todo mundo. O Colégio Salesiano pertencia a uma ordem italiana bastante conservadora e lá realizei tanto o curso ginásial quanto o colegial. Depois ingressei no curso de Ciências Sociais da Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco. Uma vez formado fui trabalhar no Banco do Nordeste como escriturário e, mais tarde, trabalhei no Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste que era uma espécie de instituto de pesquisa pertencente ao banco em Fortaleza. Esse foi um período de formação muito importante porque do ponto de vista profissional era melhor que o curso que havia feito na universidade. Passei

por um período intensivo de estágios em diversas áreas como, por exemplo, na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Depois voltei para o Recife e fiquei trabalhando lá até que um antigo diretor do Banco do Nordeste me convidou para vir trabalhar com ele aqui em São Paulo.

Em São Paulo trabalhei no departamento de planejamento da Lambretas do Brasil, uma empresa que fazia motonetas. Quando eu estava aqui na cidade em 1958, alguém me disse que o Celso Furtado estava formando uma equipe para criar no Recife um instituto que veio a ser a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Como estava interessado no projeto fui para o Rio de Janeiro, onde o Furtado era o diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Eu me apresentei e disse a ele do meu interesse nesse projeto. Ele me pediu para ser entrevistado e comecei a participar das atividades da SUDENE. Veja que foi um processo simples e sem apadrinhamento político. Desse modo eu voltei para o Recife onde fiquei trabalhando por cinco anos. Esse período de trabalho no então chamado Conselho de Desenvolvimento do Nordeste foi muito gratificante. Logo em 1959 ele passou a ter o nome atual de SUDENE. Trabalhei nesse órgão até o Golpe de 1964. O Golpe expulsou a todos nós e, então, voltei para São Paulo e aqui fiquei exilado como muitos dos meus conterrâneos.

Nesta segunda vinda a São Paulo reiniciei minhas atividades acadêmicas. Afinal, o trabalho na SUDENE era estimulante, exigia capacidade acadêmica, mas não se compara com o que vim a fazer depois. Na SUDENE eu trabalhava em atividades executivas, aliás, essa instituição atuou de uma maneira absolutamente inovadora na gestão pública graças ao Celso Furtado, seu fundador. Atuava junto às universidades e aos

municípios, então tratou-se de uma experiência enorme porque conheci a máquina do Estado brasileiro por dentro. Mas, havia uma pressão enorme e não havia tempo para estudar, aquilo não se tratava de uma atividade acadêmica.

Dei início então a atividades de consultoria em São Paulo, até que em 1970 o Octávio Ianni, que dirigia o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), me convidou para integrar o grupo de estudos dele. Ele me conhecia porque havia dado aulas para mim naqueles cursos de formação, então passei a ficar encarregado ao grupo que estudava planejamento regional. Foi assim que entrei no CEBRAP. O projeto que o Octávio coordenava não foi para frente porque o dinheiro vinha da Academia Brasileira de Ciências que retirou o apoio financeiro e o projeto se desfez. O fato é que eu estava bastante entrosado com a equipe fundadora do CEBRAP e fiquei lá por 25 anos. Foi um período ótimo e muito produtivo onde pude voltar a estudar e participar de um grupo bastante integrado. Embora não fosse um grupo uniforme, nem homogêneo, ganhamos a fama de ser um grupo formado por marxistas. Até a ditadura acreditou nesse mito, mas isso não era verdade. Tanto é que lá dentro havia grupos de pesquisa bastante distanciados da perspectiva marxista. E, além disso, havia marxistas como eu, o Paul Singer e, o próprio Fernando Henrique Cardoso, tinha uma perspectiva teórica que era fundamentalmente marxista.

Esse período no CEBRAP foi muito interessante e, como momento de formação, o melhor da minha vida. Foi um período de grande contribuição em um momento no qual a universidade estava abafada e a gente podia, surpreendentemente, desenvolver atividades bastante livres.

Havia uma reunião praticamente semanal para a discussão de temas e havia apresentação de textos que nós chamávamos de “O Mesão”. Foi mesmo um período muito produtivo e gratificante no qual aprendi muito. Foi nessa fase que criei asas e me desenvolvi bastante no campo das ciências sociais brasileiras. Nesses anos produzi textos que foram marcantes, eu mesmo não esperava que tivessem a repercussão que tiveram. Encerrei minhas atividades no CEBRAP em 1995. Nesse momento, a coisa da política que, antes nos unia, nos dividiu. Havia aqueles que tendiam para o lado do Fernando Henrique Cardoso e havia aqueles que pendiam para o lado do Partido dos Trabalhadores, como era o meu caso, o do Paul Singer e do Vinícius Caldeira Abranches. Aí o clima ficou insustentável.

Bom, antes que eu deixasse o CEBRAP, alguns professores do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) tinham me convidado para entrar para a universidade. A minha experiência como professor universitário era muito recente. Eu ministrava aulas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Departamento de Economia, desde 1980. Trabalhei na PUC até que recebi a visita das professoras doutoras Eva Blay e Irene Cardoso, ambas do Departamento de Sociologia da USP. A Profa. Eva era a chefe do departamento naquela ocasião e me convidou para ir para a USP. Foi assim que entrei na USP e tive a felicidade de encontrar um grupo muito interessante que incluía a Profa. Dra. Maria Célia Paoli que era a figura mais expressiva. Juntos começamos a formar um grupo de estudos que resultou na criação em 1995 do Núcleo de Estudos dos Direitos e da Cidadania (NEDIC). Mais tarde, por recomendação do então diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), o Prof. Dr. Francis Aubert, o núcleo se tornou o Centro de

Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC). Uma vez ligado a FFLCH como um todo, passaria a ter condições de receber maior apoio institucional. Nós sempre nos consideramos amadores, ou seja, amamos o que fazemos. Para nossa surpresa, somos muito bem considerados dentro da universidade. A nossa atividade é muito intensa e produtiva, temos seminários quase semanalmente. Editamos quatro livros a partir de atividades desenvolvidas lá. Enfim, a minha atividade acadêmica na USP deve muito a esse grupo que encontrei e consegui melhorar do ponto de vista de conseguir agregar mais pessoas e contribuir para o desenvolvimento das atividades docentes e de estudos.

Eu sou socialista antes de ser sociólogo. Eu conheci o socialismo aos dezesseis anos no Recife em atividades estudantis. Frequentei o Partido Socialista Brasileiro na Sessão de Pernambuco e, junto com outros colegas, criamos o Movimento Estudantil Socialista de Pernambuco que foi um pequeno grupo que não teve muita influência porque a presença do Partido Comunista era muito forte. Aliás, os comunistas nos chamavam de ala feminina da esquerda. Era uma forma jocosa dos membros do Partidão se referirem aqueles que eles achavam que eram reformistas enquanto eles se afirmavam como revolucionários. Mas eles não fizeram revolução nenhuma, enfim... Havia, assim, uma grande rivalidade, mas havia espaço para todos desenvolverem suas atividades. Então eu sou socialista antes de ser sociólogo! Talvez por essa influência eu tenha confundido Sociologia com Socialismo e, assim, fui fazer Faculdade de Ciências Sociais. Quanto aos meus amigos, a maior parte foi fazer a Faculdade de Direito, considerada uma das três grandes faculdades do Recife, juntamente com a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Engenharia. Já a Faculdade de

Sociologia era praticamente o patinho feio porque ninguém sabia exatamente para que servia. Eu sempre tive uma enorme dificuldade para explicar para a minha mãe o que eu fazia... É uma situação engraçada! Como ela era uma mulher muito prática e que tinha que criar dez filhos porque, infelizmente, meu pai faleceu muito cedo, ela me aconselhava: “Meu filho, faça o concurso do Banco do Brasil...”. Acho que eu devia ter seguido o conselho dela. Eu certamente estaria em melhores condições financeiras... Até hoje me divirto muito quando lembro do seu conselho. Mas, afinal, tive sorte de ir parar no Banco do Nordeste porque senão estaria como a imagem do filósofo nas piadas populares: chutando lata vazia no meio da rua.

Colaborei intensamente para o jornal *Opinião* que foi fundado pelo Fernando Gasparian e, depois, escrevi artigos para o jornal *O Movimento*. Este último estava sediado em São Paulo e participei muito intensamente das reuniões semanais do Conselho de Redação. Na verdade, o jornal *O Movimento* surgiu a partir de um grupo dissidente que pertencia ao *Opinião*. Houve depois outra pequena dissidência da qual fiz parte que tentou formar o jornal *Em Tempo*, mas não cheguei a me integrar a esse veículo de comunicação. Aí encerrei minha participação na imprensa. Foi muito gratificante até que algumas divergências acabaram prejudicando a convivência. Só contribuí ocasionalmente com algum artigo para a Folha de São Paulo, coisa que já não faço há algum tempo. A minha atividade jornalística está encerrada, não pretendo voltar a investir nessa atividade, a não ser ocasionalmente.

A participação na imprensa foi muito interessante, me deu uma nova experiência e me obrigou a comunicar minhas ideias em uma linguagem

acessível à população que lê jornais sem perder o rigor. Além disso, era uma oportunidade de levar os conhecimentos das ciências sociais para o campo jornalístico e aprender a divulgar ideias. Isso, infelizmente, a academia não faz muito. Ela tem, às vezes, um linguajar muito hermético, pouco exposto ao público, e isso acaba sendo um desperdício porque a academia tem muito o que ensinar. Mas os meus colegas da USP não são muito dados a debater nesses veículos. A maior parte dos professores é do estilo clássico de intelectual que não participa de debates públicos. E esse não é muito o meu feitio, eu prefiro ousar e utilizar o pouco que sei para fecundar a discussão na sociedade. Não sou um intelectual contemplante... Tive uma carreira acadêmica quase sem acidentes. Não tenho do que me queixar. Acho que o que consegui fazer está acima das minhas capacidades. Não sou um sociólogo erudito, gosto mais de interpretar a realidade e sou mais ousado desse ponto de vista. Estou ai para o que der e vier.

O Ulisses Guimarães é uma personagem da história brasileira que está a merecer uma biografia e uma avaliação do seu trabalho. Ele dirigiu a oposição brasileira durante alguns dos piores anos da ditadura, sem bravatas e sem recuar um milímetro. Nessa época ele frequentava certos círculos intelectuais, pedia colaboração e atraía gente para a política. Eu não posso me dedicar à tarefa de recuperar a trajetória do Ulisses Guimarães porque isso exigiria muitos anos de pesquisa e entrevistas com aqueles que conviveram com ele e ainda estão vivos. Mas essa é uma necessidade para a democracia brasileira e para a história política brasileira. Durante aquele período de fato havia um monte de gente que atuava proximamente e tinha relações com o então MDB, como o Fernando Henrique Cardoso, o Francisco Weffort, o Luiz Werneck Vianna e a Maria Hermínia Tavares de

Almeida. Fernando Henrique inclusive entrou para o partido, nós não entramos. Na campanha de 1974 o Ulisses nos pediu que fizéssemos um programa para a sua candidatura. Não foi o CEBRAP que fez porque não podia executar algo que já era uma atividade partidária. Além disso, a ditadura vivia de olho no nosso trabalho. Então esse grupo de pessoas assumiu essa responsabilidade e fez esse documento que foi entregue ao Ulisses Guimarães. Essa foi a primeira vez em que um partido político sistematizou ideias e proposições para a sociedade brasileira. Era um programa social-democrata e seguia, portanto, as linhas gerais que os partidos socialistas da Europa faziam. Foi um programa muito importante porque a partir daí abriu-se um debate sobre questões brasileiras e institucionais. Foi praticamente o programa que ficou para o país.

O Ulisses Guimarães era um tipo paradoxal. Ele não era um bom orador, diferentemente da tradição dos políticos brasileiros que falavam muito bem. O Ulisses era um orador monótono, ele não entusiasmava ninguém. Pela fala dele ninguém se convenciu de nada. Portanto, ao invés de arroubos retóricos, ele tinha uma atividade política extremamente consistente e acho que isso fundou a oposição brasileira. Ele tirou a oposição do estágio em que estava e deu a ela uma consistência que antes não tinha. Eu sugeriria aos jovens brasileiros estudar a figura do Ulisses Guimarães. A gente tem sempre a tendência a celebrar grandes heróis e uma tendência menos importante de estudar figuras que não são carismáticas, mas são consistentes e que de fato constroem alternativas. O Ulisses era um desses. Acredito que algum departamento, alguma universidade poderia trabalhar sobre a trajetória de Ulisses Guimarães e a política brasileira, tanto no período do regime militar quanto após. Eu não posso me dedicar a isso

porque isso exigiria anos e anos de pesquisa e eu já não tenho uma perspectiva tão longa. A madrasta daqui a pouco chega aqui...

Eu participei da formação do Partido dos Trabalhadores desde a primeira reunião feita no Colégio Sion. Havia lá umas duas mil pessoas, de modo que minha participação não tinha nada de especial. Mas fiz parte de um grupo de intelectuais que desde logo estava à espera dessa oportunidade. Havia no país uma espécie de orfandade em relação à atividade política... Apesar de nunca ter feito parte do Partido Comunista, sabíamos que ele ainda estava sob forte repressão... Havia uma massa enorme de pessoas que estavam em busca de uma oportunidade como essa apresentada na primeira reunião. O PT foi essa chance. Tanto que o seu primeiro secretário geral foi o Francisco Weffort, tipicamente um intelectual da USP, e que exerceu esse cargo durante muitos anos.

Eu então participei da primeira fase de vida do PT de uma forma muito intensa, mas nunca estive em nenhum órgão da direção nem gosto da vida partidária nesse estrito sentido. A vida partidária nesse estrito sentido é um ninho de víboras, cada um querendo comer o outro. A minha atividade partidária sempre foi para fora e nunca para dentro. Até que em 2003 achei que não dava mais para continuar no PT. Escrevi então uma carta pública desligando-me do PT porque eu já sabia para onde as coisas iam. Não se trata de nenhum milagre ou adivinhação. Aquela “Carta ao Povo Brasileiro”, publicada pelo PT em 2002 deveria se chamar “Carta aos Banqueiros Brasileiros”! Nela o PT capitulava e renunciava a sua trajetória, aos mandatos populares que recebia para ajudar a transformar a realidade brasileira. Nenhum partido sozinho faz isso, mas ele é certamente um dos condutos mais adequados para atuar nos processos de transformação.

Quando percebi que essa atuação já não era mais a vocação do PT, eu me afastei da militância e ajudei a fundar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Também atuei junto com intelectuais e militantes. Continuo filiado ao PSOL, mas não estou mais atuando intensamente. Como dizem as embalagens de remédios, eu já passei do prazo de validade. Estou muito *light* e não vou mais me empenhar na atividade partidária.

Acho muito positivo o encontro da atividade intelectual com a político-partidária. A maior parte dos meus colegas acadêmicos tem uma posição de rejeição ou, no mínimo, uma tentativa de neutralidade. Isso é um equívoco. No meu modo de ver, a atividade política fecunda a atividade acadêmica e vice-versa. Você pode fazer atividade acadêmica sem prejuízo da atividade militante e, o contrário, a condição de militante pode ajudar muito na atividade acadêmica. Isso abre espaços de compreensão, interpreta e influencia. Gosto muito de uma frase do Sartre que definia o intelectual como: “Aquele que se mete onde não foi chamado”. E essa é a minha posição política: “Eu posso não entender nada do que está sendo colocado, mas eu quero opinar sobre essas coisas”. Quero ter o direito como cidadão de participar do debate e intervir, nesse caso, a minha condição de intelectual acrescenta alguns pontos a essa participação. E, o contrário também é verdadeiro, a minha atividade militante me informa melhor sobre questões da sociedade do que se simplesmente eu vivesse debruçado sobre os livros. Isso serve para a minha especialidade, talvez para um físico nuclear a sociedade não influa em nada. Já para alguém que faz ciências sociais, a militância política pode ser extremamente fecunda porque ela informa sobre a sociedade e seus problemas. E o intelectual com as armas que a ciência social te dá, existe a possibilidade de formular de outra maneira

as interpretações apresentadas. Trata-se de um casamento muito fecundo. Nunca renunciei a ele ao longo da minha vida. Hoje mantenho certo distanciamento porque meu prazo de validade está vencendo. Mas essa participação nunca me prejudicou em nada. Não sou um erudito que escreve três vezes e cita cinco. A minha formação me dá a possibilidade de ousar na interpretação dos fenômenos e dos processos principais na sociedade. E, como intelectual, vou usar isso no sentido da transformação. Então, volto a insistir, trata-se de uma interlocução extremamente fecunda. O cientista social que não tiver participação política perde muito em relação à visão que poderia ter da sociedade.

Quanto a minha experiência acadêmica, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo eu só dava aulas. No tempo em que participei da PUC-SP lembro-me que havia poucos recursos para dar maior radiação aos seus docentes. Naquele período, como havia muita perseguição política nas universidades públicas, muita gente se refugiou na PUC-SP. Podemos citar o Octávio Ianni, a Carmem Junqueira que dirigiu o Departamento de Antropologia, o Paul Singer que foi professor da Faculdade de Economia. Mas, do ponto de vista de pesquisa e de novos horizontes, a PUC não dava conta disso. Depois, ampliaram-se as ofertas vindas do FINEP, do CNPq e da FAPESP e então essa situação precária começou a mudar. Hoje o sujeito pode ser um docente na PUC e manter suas atividades de pesquisa no mesmo nível que se faz em uma universidade pública. Aliás, acho que Franco Montoro quando foi governador de São Paulo perdeu uma boa chance de estadualizar a PUC-SP. Ele era professor do curso de Direito e dizem que ele tentou fazer isso, mas que o Cardeal Arns recusou. A PUC é uma grande universidade! E parece que, de uns anos para cá, o poder da

igreja aumentou sobre a universidade, de modo a cercear as atividades lá dentro. No meu tempo havia muita liberdade e não havia interferência da igreja. Ela era tão aberta que, em 1977, a Sociedade para o Progresso da Ciência (SBPC) realizou sua reunião anual na PUC-SP. Ela iria fazer uma reunião em Fortaleza, mas novamente a ditadura tirou recursos e como os associados resolveram que iriam fazer a reunião de qualquer jeito, a PUC se ofereceu para sediá-la. Foi uma reunião exitosa, teve até a intervenção da polícia. A tropa do coronel Erasmo Dias entrou e bateu em muita gente lá, mas essa foi uma das grandes reuniões da SBPC. A PUC está à altura de qualquer outra universidade pública. Ela talvez só não seja igual à USP porque esta tem outros recursos, além do Estado de São Paulo por trás. Mas certas disciplinas e cursos na PUC são melhores do que na USP.

Quando vim para a USP encontrei uma universidade plenamente formada, de modo que não tenho nada a destacar do ponto de vista da minha atuação. Em uma universidade consolidada, um ou outro professor faz pouca diferença. O que faz a diferença é o conjunto de atividades que a USP promove. Lembro muito bem que fiquei lá até 1998 quando me aposentei por tempo de serviço. Aposentei-me, aliás, por receio de que os projetos privatistas de Fernando Henrique Cardoso invadissem a universidade pública. Então pedi a aposentadoria por precaução, embora continue até hoje muito imerso nas atividades da USP. Oriento alunos no doutorado, sobretudo, e mantenho com outros colegas um centro de pesquisa. Estou sempre na USP e lá encontro o melhor ambiente para exercer essas atividades. Dificilmente encontrarei em outro lugar as oportunidades que a USP oferece.

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) é muito autônoma, cada departamento forma o seu currículo, claro que respeitando as exigências do Ministério da Educação. Daí para frente, as atividades correm por iniciativa dos professores. Os professores tem total liberdade, os departamentos não ficam te orientando para fazer isso ou aquilo. Eu sempre me surpreendo muito porque minha mulher trabalha na UNIFESP no departamento de medicina preventiva, e a diferença é notável. Existem certas coisas que ocorrem lá que na USP não ocorreriam. Eu nunca tive que dar satisfação nenhuma da matéria que eu estou dando em sala de aula. Então a FFLCH é um lugar onde o professor pode exercer as suas atividades e não tem a concorrência produtivista. Não existe pressão para publicar. Essa pressão para publicar é da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, de certa forma, do ambiente internacional. Existe essa influência que vem do estilo norte-americano de publicar, publicar, publicar. Na FFLCH essa pressão não existe. E espero que ela nunca adote esse modelo de faculdade porque isso não conduz a nada. Há alguns anos atrás, o José Goldemberg levou essa discussão para a Folha de São Paulo. O Goldemberg foi talvez um dos bons reitores que a USP teve nas últimas décadas... Bom, sei que a Folha então iniciou uma série de publicações sobre trabalho produtivo de docentes, mas essa é uma avaliação equivocada. O Celso Furtado que nunca esteve em nenhuma universidade brasileira, ou seja, percebe-se que as universidades eram pouco abertas a intelectuais como Celso Furtado. Ele pode ter dado cursos na PUC, mas na USP não. Há também o Caio Prado, grande historiador que também nunca foi da

universidade. Quando houve esta discussão, o Celso Furtado que sempre é muito discreto, entreviu e escreveu um artigo sobre o que é ser produtivo ou não como intelectual na universidade. Ele citou o exemplo de Piero Sraffa, que foi um economista italiano e devido ao fascismo migrou para a Inglaterra e escreveu um único livro. O livro se chama: *Produção de mercadorias, por mercadorias*. E ele editou toda a correspondência de David Ricardo. Dizia então o Celso Furtado: “Pelos critérios da Folha de São Paulo, Piero Sraffa seria improdutivo”. Felizmente isso não colocou dentro das áreas de humanas, mas em outras áreas isso pegou. Aliás, em algumas áreas existem artigos com cinquenta assinaturas... Ora, isso não existe! Isso funciona só para mostrar no currículo Lattes uma tonelada de coisas... Também não é possível dizer que esse produtivismo, essa concorrência nas áreas de humanas não existiu de nenhuma maneira. Não sejamos extremistas, mas o que acontece não chega a ser obsessivo e nem atrapalha as atividades daqueles que não querem entrar nessa correria.

Entendo que a FFLCH-USP é um local de resistência ao esvaziamento do espaço público. Esse esvaziamento do espaço público que vivemos significa a colonização da política pela economia. Acontece que as duas coisas são diferentes. A economia tem determinações que vem do capital e, às vezes, contra a sua vontade, faz-se aquilo em que não se acredita, mas se é obrigado a fazer. A política não, a política é o exercício da liberdade. Pela política é possível reformar a sociedade. Pela economia isso não acontece. Então, geralmente a discussão aqui no Brasil é equivocada porque se pensa que é a economia que determina as coisas, mas, na verdade, é a política. Então, quando se deixa que a economia determine as coisas, a política perde a sua autonomia e os cidadãos também deixam de

ser autônomos. Tudo passa a ser decidido de forma determinista pelas necessidades econômicas. A política é o contrário, ela é o lugar e a forma como a sociedade pode corrigir as suas próprias distorções, sem que nenhuma força externa lhe obrigue a isso. Daí a importância da autonomia da política e da resistência ao esvaziamento do espaço público. A FFLCH continua sendo um lugar onde se pode cultivar esse espaço público e onde a atividade política é proeminente. Claro que a atividade política no cotidiano, às vezes, aborrece e se tem a sensação de que se vai nadar e acabar morrendo na praia... Além dos problemas que a gente conhece, tais como a corrupção e a impunidade. Mas é preciso resistir a essa crise porque, caso contrário, joga-se fora o bebê com a água suja do banho... A política tem tudo isso, não é uma atividade de santos. Ninguém acha que Carlinhos Cachoeira é santo... Mas a política permite que a sociedade se refaça pelas suas próprias forças quando os homens e mulheres assim desejam. É importante saber que nada está determinado, mas ela abre espaço para isso. Então, é preciso resistir a essa colonização da política pela economia.

Lembro-me muito bem da discussão sobre o mensalão a qual o Lula e os petistas dizem que é uma invenção da imprensa. Não, não é uma invenção da imprensa. Mas, apesar disso, o interessante era escutar os comentários na televisão e nos jornais. O comentário geral era o seguinte: “Trata-se de uma crise política, mas é preciso não deixar que esta crise política afete a economia”. Ora, isso é um absurdo, pois se a política não puder afetar a economia ela é anulada. Afinal, é a política que deve dirigir a economia, são nossas opções que tem que valer e dirigir a economia. Não podemos aceitar a reprodução do capital como um sujeito automático, sem dono e nem direção. Nós sabemos que esse sujeito automático é falso e que

as forças econômicas são aquelas que dirigem o sistema. A política está ao alcance dos cidadãos, enquanto que a economia não. Eu não posso intervir na economia, o máximo que posso intervir na economia é escolher se vou comprar em uma padaria que fica na Rua X ou se compro em outra na Rua Y. Esta é a minha máxima intervenção! E isso não é nada! Agora, na política eu posso intervir e com maior proficiência e pertinência. O risco que as sociedades modernas correm é a anulação da política. No Brasil, isso tudo seria ainda mais grave, porque nós somos um país periférico, obscenamente desigual e, por isso, é preciso preservar a autonomia da política.

Quanto à FFLCH, acho que ela faz a sua parte de maneira bem-feita. A minha principal preocupação como professor é inocular o vírus da crítica. Essa é uma espécie de vírus que pega e nunca mais te larga! O pensamento crítico deveria ser a orientação geral, a preocupação de mostrar para o aluno as contradições da sociedade e tirar-lhe da cabeça qualquer ilusão perigosa de homogeneidade, neutralidade e de uma “postura científica”... A ciência não é isso. A ciência toma posições. Há uma frase excelente de ninguém menos do que Albert Einstein que diz: “Deus não joga com dados”. Quer dizer, não é o azar, é a vontade de homens e mulheres conduzindo certos processos sociais que transformam os processos políticos. Esse é o egresso da FFLCH que eu idealizaria: com capacidade crítica voltada para transformar o existente em algo melhor. Esse é o aluno que tentei formar ao longo das minhas atividades docentes. Nos últimos anos em que dei aulas na graduação, minha cadeira era precisamente a de Marx e o que eu levava para os meus alunos desse autor era esse agudo espírito crítico para olhar a sociedade. E eu procurava passar isso para eles de forma apaixonada. Nunca adotei uma posição neutra, isso não existe. A ciência

não é neutra, a ciência toma partido. É preciso que os alunos tenham clareza sobre isso.

A universidade é um lugar privilegiado. E isso não acontece porque só os ricos chegam lá, isso é mentira. É correto dizer que certas carreiras são muito exigentes quanto ao tempo, aos recursos, ninguém faz medicina em um período somente, temos o caso da engenharia que também é mais exigente... Mas a universidade ainda é um espaço de liberdade. Claro que existem todas as restrições que vem a partir da classe social, da possibilidade de ter recursos materiais... A Universidade cultiva uma cultura que está imersa nos problemas do mundo e os alunos devem viver essa imersão. Os alunos devem sempre ter a sensação de que estão se afogando. Eles devem usar os recursos que a universidade lhes dá para se livrar dessa sensação de afogamento. Esse é o aluno que eu esperaria criar.

Atualmente tenho me dedicado a palmilhar um terreno pantanoso onde a ciência social pouco se mete. Estou estudando a formação do “jeitinho brasileiro”, esse seu lado safado e malandro. Trata-se de um terreno pantanoso para a ciência social. Mesmo que ela não tenha o armamento conceitual para isso. Afinal, está muito mais para o terreno da psicologia... Mas eu quero ultrapassar esses limites. Há grandes autores como Sérgio Buarque de Holanda que, com o conceito de homem cordial, entrou por esse terreno pantanoso. Atualmente estou me dedicando a trabalhar esta questão, orientado por um sociólogo alemão que faleceu há uns cinco anos atrás. Seu nome é Norbert Elias e o livro que me chamou a atenção chama-se *Os Alemães*. Ele além de alemão era judeu, o que significava uma sobrecarga enorme, e escreveu esse livro justamente para investigar o caráter alemão. Segundo ele, esse caráter alemão é

historicamente determinado, como essa obsessão pela disciplina e pela ordem. A forma como a Prússia formou a Alemanha, segundo ele, dá certo caráter especial ao alemão. Não é a toa que os outros povos acham que o alemão é rígido. E Norbert Elias confirma que essa nação é mesmo assim porque há uma formação histórica que leva a uma espécie de caráter.

Eu estou nessa pista. Afinal, o que é o jeitinho brasileiro? Essa tendência que a gente tem de burlar as nossas próprias regras? Por que isso acontece? Ninguém nasceu com isso, existe uma formação histórica que leva a isso. Para vencer as dificuldades de um mundo completamente mercantilizado, o sujeito que não é mercadoria – falo do trabalhador informal que não chega a ser nem mercadoria – lida de que maneira com esse mundo mercantilizado? É assim que surge a burla, o fato de que o sujeito tem que desviar das regras para poder viver. Então essa é a minha perspectiva de pesquisa, mas é importante que se entenda desde já que esse não é um defeito da classe dominada e, sim, da classe dominante. Foi esta que ao não saber lidar ou construir regras de sociabilidade capitalistas, mantendo as relações tradicionais, ela própria burla as suas regras. O problema é que isso foi atribuído ao pobre e isso não é verdade. Quem burla as regras são os de cima. Os exemplos são vários... E estou, assim, em busca desse santo graal. É difícil e pantanoso, provavelmente irei fracassar, mas pretendo dar algumas pitadas de bom humor nessa discussão.

Veja o caso de Portugal. Quando este país chegou ao *zenith*, mergulhou em seguida na obscuridade em um caso raríssimo na história mundial. Aliás, o que Portugal passou ao Brasil? Nada. Não existe renascimento português, não existe música portuguesa, não tem pintura portuguesa, não tem cinema português... Quer dizer que Portugal passou

por aqui e não ficou nada. É isso que este país, como colonizador, não transmitiu ao Brasil. O Brasil entrou de cabeça em um mundo completamente mercantilizado e aí como que as pessoas fazem para viver? Elas tiveram que se virar. Essa é a nossa expressão: “Se vira!”. O que quer dizer, burle a lei, burle as regras e, se for possível, roube. Se ninguém vir, ótimo. Agora, diz-se: “O que os olhos não veem, o coração não sente”. O jeitinho brasileiro é pantanoso. Cada povo, cada sociedade forma a sua própria forma de ser. Então para Norbert Elias, se os alemães são rígidos, obcecados pela disciplina, militarizados, isso se deve a forma histórica como se formou a nação alemã. Se pensarmos os Estados Unidos estaremos falando de outra coisa, do individualismo. Mais do que pensar o indivíduo, é preciso conhecer o individualismo. Quem não tem êxito na sua ocupação nos Estados Unidos não é nada. Ou seja, eles forjaram historicamente essa forma de apreciar o seu comportamento na sociedade. Quem não tem sucesso e não é o primeiro lugar, está fora! Se formos pensar os Franceses, veremos que eles têm uma obsessão pela razão, eles acham que inventaram a razão. Então, com cada francês com o qual você se depara, ele faz um discurso racional... Engraçado, não é? Mas, espera aí, as emoções humanas são mais fortes que a razão. Bom, então, minha preocupação atual é entender o jeitinho brasileiro, devo fracassar nesse intento, mas pretendo me divertir também.

Nesse momento estou me embrenhando em um terreno diferente de tudo o que fiz anteriormente, a continuidade que pode ser percebida em relação aos meus trabalhos anteriores é muito sutil. Eu não pretendo exaltar os pontos de continuidade porque não se trata de um prolongamento de minhas pesquisas anteriores. Estudar o jeitinho brasileiro exige um novo

olhar, mas, evidentemente, não vou abrir mão da pesquisa histórica, das informações que as ciências sociais fornecem. Não se trata de psicologismo e nem quero fazer uma dedução a partir dos meus trabalhos anteriores. É muito difícil saber o que é o jeitinho brasileiro e onde ele se localiza. Em primeiro lugar porque a figura que nós construímos é a do malandro carioca. Quem é o malandro carioca? Geralmente é caracterizado como mulato, jeitoso, cheio de bossa e engana todo mundo... Por que isso acontece? Porque o Rio de Janeiro é a ponta da modernidade brasileira. Ali as coisas entravam no país e ali se decidia o destino que o país tomaria. O malandro carioca não é outra coisa senão a capacidade de se adequar a uma situação sem regras. Não foi a toa que a música nova de João Gilberto chamou-se Bossa Nova, não é? É justamente o jeito do cidadão lidar com aquilo que não tem regras. Então se construiu a figura do malandro carioca, que depois foi projetada para o resto do Brasil, e isso tornou-se um atributo dos dominados. Mas, é o contrário, os malandros são os de cima! Os de baixo, precisam se virar! Em um país que tem 50% da força de trabalho sem emprego formal, como é que faz para sobreviver? Os sujeitos vão levando e tentando burlar as regras, quando elas existem. Ou inventar uma nova regra quando ela não existe. Isso tudo é muito sutil e pantanoso. Talvez quem melhor tratou disso entre os clássicos brasileiros tenha sido o Sérgio Buarque de Holanda, já que o Gilberto Freyre não lidou com isso e o Caio Prado também não porque o marxismo tem medo de entrar no terreno da subjetividade... Afinal, o homem cordial é isso, ele dá um jeito, ele se vira, tem horror às distâncias... Nosso principal gesto ao sermos apresentados a uma pessoa diferente, no caso do encontro entre um homem e uma mulher, é beijar a pessoa... Ora, isso é de uma violência sem paralelo! Mas todo

mundo acha isso bacana porque é exatamente essa falta de forma que faz o jeito brasileiro. Agora, há alguns historiadores norte-americanos que acham que isso é uma vantagem enorme. Pode ser que seja, afinal, em um mundo tão mercantilizado e sem regras, quebrar a regra pode ser uma saída.

Notas

¹ Professor de Teoria da História do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Coordenador do Laboratório de História Oral e Audiovisual do Amazonas (LABHORA-AM). Bolsista do Programa PPP 004/2017/FAPEAM. ORCID: 0000-0002-1297-6663.

² O Prof. Dr. Francisco de Oliveira escreveu entre outras obras: **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio De Janeiro: GRAAL, 1977; **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Rio De Janeiro: Vozes, 1981; **O elogio do dissenso**. São Paulo: Discurso Editorial/USP, 1996; **Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000; **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018. Oliveira organizou também em conjunto com Maria Célia Paoli o livro: **Os sentidos da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2000 e, em conjunto com Ruy Braga e Cibele Rizek, a obra: **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

³ BIAZO, G. C. F. **Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH- -USP)**. 699 p.. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, SP, 2014.

⁴ MEIHY, J. C. S. B. M. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

⁵ MEIHY, J. C. S. B. M. Palavras aos Jovens Oralistas. **Oralidades** - Revista de História Oral, São Paulo, Nº 3, Jan./Jun. 2008, p. 146.

⁶ Idem.